

Gasto militar faz Seplan cortar

João de Abreu fica com apenas Cz\$ 39,37 bi para viabilizar

APOLINO

própria verba

novos investimentos militares

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

A necessidade de criar Cz\$ 112,98 bilhões para cobrir os novos investimentos militares em 1989 obrigou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a concentrar, em sua própria Pasta o maior corte de recursos orçamentários para as despesas correntes e de capital no próximo ano. A Seplan abriu mão de 85,82 por cento de sua dotação deste ano e acabou por contribuir com nada menos que 43 por cento dos cortes finais da proposta orçamentária enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional, na última quarta-feira.

Com apenas Cz\$ 39,37 bilhões para as despesas correntes e de capital em 1989, a Seplan abandonará as suas funções de fomento, com o corte brusco dos repasses para obras de infra-estrutura, programas sociais e até mesmo para suas ações típicas de planejamento. Afinal, a Seplan precisou elevar de Cz\$ 75,73 bilhões para Cz\$ 226,39 bilhões o total de cortes em seu orçamento para o próximo ano.

A tesoura de Abreu atingiu ainda o Fundo de Investimento Social (Finsocial), projetos de reforma agrária, ampliação de fronteiras agrícolas, saneamento básico rural, proteção ao meio ambiente, construção de rodovias alimentadoras e outros programas de apoio ao desenvolvimento econômico e social. O ministro do Planejamento agiu com rigor e ampliou os cortes em relação à previsão original em, praticamente, todos os itens orçamentários.

O Ministério das Minas e Energia também teve os seus cortes ampliados da previsão inicial de Cz\$ 6,9 bilhões para Cz\$ 84,18 bilhões, com prejuízos à capitalização da Eletrobrás, aos projetos de eletrificação rural, investimentos em pesquisas e tecnologia e até a expansão do sistema elétrico.

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, demonstrou incrível obediência no encaminhamento da proposta orçamentária de seu ministério. A Seplan não só manteve integralmente o corte programado de Cz\$ 10,05 bilhões, como também vetou a Saúde de contratar financiamento de Cz\$ 14,5 bilhões, no próximo ano.

A Seplan cortou as verbas do Ministério do Trabalho em todos os programas e em valores bem acima dos projetados inicialmente. Com a decisão da Constituinte de utilizar recursos do Pis/Pasep para o seguro-desemprego, a União economizou Cz\$ 13,74 bilhões com a assistência aos desempregados.

A amizade pessoal de Sarney levou o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, a também aceitar a elevação dos cortes de seu orçamento do próximo ano de Cz\$ 98,96 bilhões para Cz\$ 125,49 bilhões, em decorrência da redução de Cz\$ 21,5 bilhões nos investimentos previstos para a Ferrovia Norte/Sul. E bem possível que José Reinaldo tenha concluído que, se Sarney aceitou o sacrifício da Norte/Sul, nada mais poderia reclamar para o Ministério dos Transportes.

Outro ministro que não conseguiu bloquear a tesoura da Seplan foi o da Educação, Hugo Napoleão. Os cortes no orçamento de 1989 da Educação alcançaram Cz\$ 45,61 bilhões, contra a previsão inicial de Cz\$ 43,4 bilhões, em valores de junho último. Napoleão deixou a Seplan cortar a verba de nada menos que 24 programas, em todos os níveis de ensino. O ministro não

tem verba para influir na educação básica do País e, ainda, ficou sem dinheiro para qualquer investimento nas unidades federais.

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bessone, foi pego em meio à euforia de sua nomeação, com o corte imprevisto de Cz\$ 29,46 bilhões nos gastos que poderá fazer em 1989. O Mirad ficará sem dinheiro para os projetos de assentamento de trabalhadores rurais e Bessone enfrenta até a irritação dos funcionários.

A Seplan também não retirou qualquer corte estabelecido para o orçamento do Ministério da Agricultura e o ministro Iris Rezende ainda acatou a redução linear de 10 por cento sobre a sua dotação do próximo ano. Iris continuará a sofrer pressões por ter aceito o esvaziamento do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Ainda sem o ministro efetivo, o Ministério da Cultura sofreu cortes até maiores que o programado inicialmente pela Seplan. A retirada de verbas foi extensiva à Embrafilme, Funarte, Fundação Pró-Memória, Pró-Leitura e Fundação. O futuro ministro José Aparecido terá Cz\$ 7,1 bilhões para as despesas correntes e de capital, no

próximo ano.

REFORÇO

A última dotação a sofrer cortes extras para cobrir a ampliação dos gastos militares foi a de contrapartida de empréstimos, com a ampliação do corte de Cz\$ 86 bilhões para Cz\$ 97,8 bilhões. A redução atingiu mais, em comparação com a previsão inicial, os ministérios da Saúde e dos Transportes.

Além dos ministérios militares, também terão, caso o Congresso Nacional aprove a proposta orçamentária encaminhada por Sarney, dinheiro para novos investimentos a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o Ministério da Indústria e do Comércio, o Itamarati e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na área de irrigação, os cortes ficaram concentrados na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento e no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

O ministro Roberto Cardoso Alves mostrou toda a sua capacidade de articulação para incorporar Cz\$ 40,1 bilhões de dinheiro novo ao orçamento de 1989 do Ministério da Indústria e do Comércio. Ameaçado pela extinção de órgãos importantes como o Instituto Brasileiro do Café, "Robertão" deu a volta por cima e terá Cz\$ 200,2 bilhões para as despesas correntes do próximo ano.

Também recém-empossado, o ministro Ralph Blasi precisou brigar muito para ganhar Cz\$ 5,8 bilhões de dinheiro novo para o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1989. A Seplan não conseguiu cancelar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com previsão de gastos de Cz\$ 4,7 bilhões, e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica também manteve os Cz\$ 709 milhões para fomento à pesquisa aplicada.

Já o Ministério das Relações Exteriores apelou para a diplomacia e elevou o seu orçamento para 1989 em Cz\$ 9,1 bilhões, com a ampliação dos Cz\$ 21 bilhões previstos inicialmente para Cz\$ 30,1 bilhões. Com o aumento, o Itamarati não precisará cortar os gastos com seus funcionários no exterior.